



COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - CODIN

CNPJ Nº 30.124.754/0001-14



RELATÓRIO DE DIRETORIA

Senhores Acionistas,
De acordo com as disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V. Sas. O Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras da Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro – CODIN, relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 2017.

Maria da Conceição Gomes Lopes Ribeiro

Diretora-Presidente

Carlos Roberto de Castro Nate
Diretor de Desenvolvimento IndustrialHeloísa Vervloet de Aquino
Diretora de Competitividade Econômico-TributáriaMônica Romero Santos Fernandes
Diretora de Novos NegóciosPedro Paulo Novellino do Rosário
Diretor de Administração e Finanças - Interino

BALANÇO PATRIMONIAL				DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO			
ATIVO	NOTA	31.12.2017	31.12.2016		31.12.2017	31.12.2016	
CIRCULANTE		178.076.496,75	179.065.750,49	RECEITA OPERACIONAL BRUTA	3.487.831,91	7.359.345,95	
Bancos e Conta Vinculada ao Tesouro		26.076.724,64	25.791.930,25	Operações Imobiliárias	1.003.370,34	3.529.289,33	
Devedores por Aquisição de Lotes	Nota 1	1.154.719,89	1.715.622,17	FUNDES	2.484.461,57	3.830.056,62	
Créditos de Tributos e Contribuições		51.511,62	11.706,94	DEDUÇÃO DA RECEITA BRUTA	(234.845,52)	(487.362,02)	
Créditos Diversos a Receber	Nota 2	2.254.374,53	2.402.741,30	RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	3.252.986,39	6.871.983,93	
Devedores Entidades e Agentes	Nota 3	103.912,20	411.968,95	CUSTO DE VENDAS	(220.902,62)	(641.310,00)	
Imóveis para Venda	Nota 4	7.470.368,68	7.470.368,68	LUCRO BRUTO	3.032.083,77	6.230.673,93	
Recursos Vinculados	Nota 5	140.708.940,50	140.708.906,80	OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	10.715.011,71	8.701.578,18	
Valores a Recuperar		116.762,44	112.309,49	Subvenções Econômicas	6.919.331,34	5.067.784,74	
Adiantamentos		58.303,37	2.340,00	Rendimentos sobre Aplicações Financeiras	171.317,02	70.986,48	
Bens e Valores em Circulação		80.878,88	437.855,91	Receitas Eventuais	1.786.645,79	2.429.262,88	
				Reversão Provisão de Férias	181.472,37	27.202,24	
				Ressarcimento Riolog / Lei 6.979/2015	396.004,85	1.106.341,84	
				Ganhos com Desincorporação de Passivos/PERT	1.260.240,34	0,00	
NÃO CIRCULANTE		1.182.443,15	1.596.907,67	DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS	(15.485.163,21)	(14.331.385,21)	
Adiantamentos Concedidos a Pessoal	Nota 6	301.242,27	-	LUCRO/PREJUÍZO OPERACIONAL	(1.738.067,73)	600.866,90	
Devedores por Aquisição de Lotes	Nota 1	-	374.366,18	RECEITAS NÃO OPERACIONAIS	-	1.390,00	
Investimentos		37.393,05	37.393,05	Doações Imobilizado	-	1.390,00	
Imobilizado	Nota 7	755.581,45	979.608,13	DESPESAS NÃO OPERACIONAIS	(927,02)	(9.613,30)	
Intangível		88.226,38	205.540,31	Perdas de Capital com Imobilizado	(927,02)	(9.613,30)	
TOTAL DO ATIVO		179.258.939,90	180.662.658,16	LUCRO ANTES DO IRPJ e CSLL	-	592.643,60	
				IRPJ	-	(223.303,17)	
PASSIVO		31.12.2017	31.12.2016	CSLL	-	(83.269,14)	
CIRCULANTE		144.455.002,76	145.625.619,42	LUCRO/PREJUÍZO NO EXERCÍCIO	(1.738.994,75)	286.071,29	
Exigibilidades		190,96	1.025,04	LUCRO POR AÇÃO DO CAPITAL SOCIAL REALIZADO	-	0,0014	
Obrigações com Pessoal		377.148,11	371.329,58				
Contribuições e Impostos		2.592.351,13	3.302.567,39				
Obrigações Sociais		182.799,79	1.439.991,88				
Parcelamento PERT/INSS	Nota 2	104.360,88	-				
Obrigações Tributárias	Nota 8	2.305.190,46	1.862.575,51				
Dividendos a Distribuir		2.888,09	2.888,09				
Outras Obrigações		481.523,37	968.617,00				
Depósitos de Diversas Origens	Nota 5	140.449.220,89	140.449.220,89				
Provisão de Férias		551.680,21	529.971,43				
NÃO CIRCULANTE		2.844.029,18	1.526.391,18				
Provisão de Férias		116.632,34	110.967,22				
Tributos Federais Renegociados	Nota 2	2.026.338,72	-				
Receita de Operações Imobiliárias	Nota 9	1.176.157,40	2.111.425,86				
Custo de Operações Imobiliárias	Nota 9	(475.099,28)	(696.001,90)				
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		31.959.907,96	33.510.647,56				
Capital Social	Nota 10	32.102.214,96	32.102.214,96				
Ajuste de Avaliação Patrimonial		1.399.160,31	1.399.160,31				
Reserva de Lucros		608,01	608,01				
Lucros ou Prejuízos Acumulados		196.919,43	8.664,28				
Ajuste de Exercícios Anteriores	Nota 11	188.255,15	(273.910,91)				
Lucros a Realizar		8.664,28	-				
Lucro/Prejuízo no Exercício		(1.738.994,75)	282.575,19				
TOTAL DO PASSIVO		179.258.939,90	180.662.658,16				

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO

	31.12.2017	31.12.2016
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro/Prejuízo Líquido	(1.738.994,75)	286.071,29
Depreciação/Amortizações/Perdas	342.767,56	466.386,64
Ajuste de Exercícios Anteriores	188.255,15	(273.910,91)
Diminuição de Fornecedores	(834,08)	(113,14)
Aumento de Obrigações a Pagar	0,00	305.092,25
Diminuição de Obrigações a Pagar	(1.191.491,36)	0,00
Aumento do Passivo Não Circulante	1.317.638,00	139.665,69
Diminuição de Outras Contas do Ativo Circulante	954.416,30	122.017,59
Diminuição de Outras Contas do Ativo Não Circulante	414.464,52	0,00
Diminuição do Estoque	0,00	350.982,01
Caixa Líquido das Atividades Operacionais	286.221,34	1.396.191,42
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisição de Imobilizado/Intangível	(1.426,95)	(25.626,10)
Caixa Líquido das Atividades de Investimento	(1.426,95)	(25.626,10)
CAIXA GERADO NO PERÍODO	284.794,39	1.370.565,32
SALDO INICIAL DE CAIXA NO PERÍODO	25.791.930,25	24.421.364,93
SALDO FINAL DE CAIXA NO PERÍODO	26.076.724,64	25.791.930,25
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO ABRANGENTE		
	31.12.2017	31.12.2016
Lucro/Prejuízo no Exercício	(1.738.994,75)	12.160,38
Resultados Abrangentes		
Ajuste de Exercícios Anteriores	188.255,15	-
Resultado Abrangente do Período	(1.550.739,60)	12.160,38

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DE PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Movimentações	Capital Social	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Reserva Legal	Ajuste de Exercícios Anteriores	Lucro a Realizar	Lucro / Prejuízo Acumulado	Total
Saldo em 31.12.2015	21.390.229,73	1.399.160,31	452.790,41	(35.432,96)	1.691.609,82	6.452.263,47	31.350.620,78
Incorporação ao Capital em 2016							
Dividendos	2.150.754,49						2.150.754,49
Reserva Legal	452.790,41		(452.790,41)				
Ajuste Exercício Anterior	(35.432,96)			35.432,96			
Lucro a Realizar	1.691.609,82				(1.691.609,82)		
Lucro no Exercício	6.452.263,47					(6.452.263,47)	
Ajuste Exercício Anterior						(273.910,91)	(273.910,91)
Lucro Exercício 2016						286.071,29	286.071,29
Destinação							
Reserva Legal			608,01			(608,01)	
Lucro a Realizar					8.664,28	(8.664,28)	
Dividendos						(2.888,09)	(2.888,09)
Saldo em 31.12.2016	32.102.214,96	1.399.160,31	608,01		8.664,28		33.510.647,56
Ajuste Exercício Anterior				188.255,15			188.255,15
Lucro/Prejuízo Exercício 2017						(1.738.994,75)	(1.738.994,75)
Saldo em 31.12.2017	32.102.214,96	1.399.160,31	608,01	188.255,15	8.664,28	(1.738.994,75)	31.959.907,96

continua

Continuação



COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - CODIN



CNPJ Nº 30.124.754/0001-14

NOTAS EXPLICATIVAS - EXERCÍCIO FINDO EM 31/12/2017

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro – CODIN, constituída em 28 de novembro de 1967, é uma sociedade de economia mista, integrante da Administração Indireta do Estado do Rio de Janeiro, vinculada à Secretaria de Estado da Casa Civil e Desenvolvimento Econômico.

A Companhia, observada a política de desenvolvimento econômico e social do Estado, tem por principais objetivos: administrar e atuar como gestora de programas governamentais de apoio ao desenvolvimento do Estado, em especial, o Fundo de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro – FUNDES; implantar e gerir Distritos Industriais, Parques Tecnológicos e outros empreendimentos relacionados ao desenvolvimento econômico do Estado e promover o desenvolvimento de empreendimentos no Estado, apoiando as empresas na utilização de programas de fomento à industrialização.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

A CODIN registra os fatos financeiros, contábeis e patrimoniais, através do Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado do Rio de Janeiro - SIAFE-RIO, sendo as Demonstrações Financeiras elaboradas a partir de procedimentos e controles instituídos internamente e pela Contadoria Geral do Estado – CGE, adaptados de forma a atender as imposições das Sociedades por Ações e Disposições Complementares. É adotado o regime de competência para registro das Mutações Patrimoniais ocorridas no exercício, sendo que as contas, cuja movimentação no exercício de 2017, foram consideradas de maior relevância, estão destacadas nas Notas Explicativas apresentadas a seguir.

• NOTA 1 – DEVEDORES POR AQUISIÇÃO DE LOTES INDUSTRIAIS

Estão demonstrados no Ativo Circulante pelos valores a receber nas vendas de lotes industriais, cujo prazo médio de recebimento é de 12 (doze) meses. Estão incluídos juros calculados com base na Tabela Price, segundo Instrução Normativa SRF 84/1979, bem como cláusula contratual de atualização monetária de acordo com variação anual da UFIR-RJ.

• NOTA 2 – CRÉDITOS DIVERSOS A RECEBER

Do saldo deste grupo de conta, **R\$ 2.238.403,43** (dois milhões, duzentos e trinta e oito mil, quatrocentos e três reais e quarenta e três centavos), representam valores ainda não recebidos do Estado a título de Subvenções Econômicas, Fonte de Recursos 100, para fazer face às despesas de caráter obrigatório. Neste valor está inserido **R\$ 1.230.308,82** (um milhão, duzentos e trinta mil, trezentos e oito reais e oitenta e dois centavos), relativo à dívida do valor principal, junto ao Instituto Nacional da Seguridade Social – INSS parte Empregador, com financiamento por um período de 10 (dez) anos, através do Programa Especial de Regularização Tributária - PERT, iniciado em agosto de 2017.

Os registros contábeis, em contrapartida, estão nos grupos Contribuições e Impostos, "Parcelamento PERT/INSS" do Passivo Circulante e de Tributos Federais Renegociados no Passivo Não Circulante.

• NOTA 3 – DEVEDORES ENTIDADES E AGENTES

Neste grupo de conta, inserido no Ativo Circulante, são registrados valores a receber com o projeto do futuro Distrito Industrial de São João da Barra, visando o ressarcimento à CODIN, conforme Termo de Cooperação celebrado com a empresa Porto do Açú Operações S.A., cujos valores serão ressarcidos no início do exercício de 2018.

• NOTA 4 – IMÓVEIS PARA VENDA

Nesta conta está registrado o estoque de lotes industriais da CODIN, representado pelo seu custo de aquisição, com a finalidade de comercialização. Sua composição está detalhada no quadro a seguir:

Distrito Industrial	Nº de Lotes	Metragem (m ²)	Custo de Aquisição (R\$)
Campo Grande	23	629.951,82	2.476.864,17
Campos	14	83.954,96	21.192,20
Duque de Caxias	51	802.793,59	673.398,62
Macaé	7	150.781,83	639.430,89
Nova Friburgo	5	145.807,32	2.453.341,50
Queimados	33	268.423,88	1.108.122,47
Santa Cruz	24	997.330,99	97.812,14
Três Rios	3	98.424,47	206,69
Total	160	3.177.468,86	7.470.368,68

• NOTA 5 – RECURSOS VINCULADOS / DEPÓSITOS JUDICIAIS

O Decreto nº 41.584 de 05/12/2008 declarou de utilidade pública, para fins de desapropriação em favor da CODIN, os imóveis descritos em seus anexos, visando à criação do futuro Distrito Industrial de São João da Barra. Dentro do montante de **R\$ 140.708.940,50** (cento e quarenta milhões, setecentos e oito mil, novecentos e quarenta reais e cinquenta centavos), estão inseridos **R\$ 140.449.220,89** (cento e quarenta milhões, quatrocentos e quarenta e nove mil, duzentos e vinte reais e oitenta e nove centavos), relativo a depósitos judiciais (99,81% do saldo desta conta) que representam o valor utilizado até o momento, para atendimento aos gastos judiciais com o processo de desapropriação. Os controles financeiros e orçamentários são efetuados nesta conta e, em contrapartida, na conta "Depósitos de Diversas Origens" no Passivo Circulante, objetivando manter registros atualizados do crédito suplementar, disponibilizados em favor da CODIN.

• NOTA 6 – ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS A DIRETORES

Estão registrados nesta conta do Ativo Não Circulante, os adiantamentos concedidos aos Diretores da CODIN, para fazer face às despesas com a defesa dos mesmos, na Ação Civil Pública de Improbidade Administrativa nº 0390982-23.2016.8.19.0001, no montante de **R\$ 301.242,27** (trezentos e um mil duzentos e quarenta e dois reais e vinte e sete centavos).

A Lei Estadual nº 6.450/2013, cujo objeto entre outros, determina custear a prestação de serviços de natureza jurídica às autoridades e servidores estaduais da Administração Pública Direta e Indireta, que em decorrência da prática de atos funcionais, venham a ocupar o polo passivo em ações civis populares, ações de improbidade ou sejam indiciados em inquérito civil ou criminal.

Maria da Conceição Gomes Lopes Ribeiro
Diretora-Presidente

Carlos Roberto de Castro Nate
Diretor de Desenvolvimento Industrial

Heloisa Vervloet de Aquino
Diretora de Competitividade Econômico-Tributária

Mônica Romero Santos Fernandes
Diretora de Novos Negócios

Pedro Paulo Novellino do Rosário
Diretor de Administração e Finanças - Interino

Luis Antônio Corrêa Machado
Contador - CRC - RJ 029076/0-9

Fundamentado nesta Lei e em suas prerrogativas o Conselho de Administração da CODIN, autorizou através da Deliberação nº 13/2016 de 06/12/2016, o custeio pela Companhia da contratação de escritório de advocacia para defesa de seus diretores, à exceção do caso de condenação por decisão transitada em julgado, situação em que os Diretores deverão devolver os valores custeados, conforme "Termo de Responsabilidade de Devolução de Verbas", devidamente assinado pelos envolvidos.

• NOTA 7 – IMOBILIZADO

Os valores estão registrados ao custo de aquisição ou construção, menos depreciação, e corrigidos monetariamente, até 30/12/1995. A depreciação é calculada pelo método linear, com base em taxas permitidas pela legislação em vigor, que leva em consideração a vida útil estimada dos bens.

Imobilizado	%	Valor (R\$)	
		2016	2017
Bens móveis	10	1.540.937,63	1.443.866,45
Equipamentos de informática	20	755.062,36	744.620,39
Edificações	4	79.215,17	79.215,17
Subtotal 1	-	2.375.215,16	2.267.702,01
Depreciação acumulada	-	(1.512.949,67)	(1.629.463,20)
Subtotal 2	-	862.265,49	638.238,81
Terrenos	-	117.342,64	117.342,64
Total		979.608,13	755.581,45

• NOTA 8 – OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

O saldo desta conta, R\$ 2.305.190,46 (dois milhões, trezentos e cinco mil, cento e noventa reais e quarenta e seis centavos), representa os impostos e contribuições devidos ao fisco federal e municipal, estando inseridos R\$ 2.266.308,31 (dois milhões, duzentos e sessenta e seis mil, trezentos e oito reais e trinta e um centavos), relativos à dívida reconhecida de IPTU dos lotes industriais localizados nos Distritos Industriais de Campo Grande, Duque de Caxias, Queimados e Santa Cruz. A discriminação encontra-se no quadro a seguir:

Obrigações Tributárias	Valor (R\$)
IPTU	2.266.308,31
IOF	79,18
COFINS	31.904,24
PIS/PASEP	6.898,73
Total	2.305.190,46

• NOTA 9 – RECEITA DIFERIDA

Neste grupo de conta, inserido no Passivo Não Circulante, são registradas as Receitas Futuras decorrentes da Venda de Lotes Industriais, cujo prazo médio de realização é de 12 (doze) parcelas, compreendendo principal (custo/lucro), juros e correção monetária. O custo encontra-se deduzido para fins de reconhecimento do real ganho na venda dos lotes. Esses valores serão apropriados no resultado quando do efetivo recebimento de cada prestação, procedimento este, regulamentado pela Instrução Normativa SRF nº

• NOTA 10 – CAPITAL SOCIAL

O Capital Social no montante de R\$ 32.102.214,96 (trinta e dois milhões, cento e dois mil, duzentos e quatorze reais e noventa e seis centavos), está representado por 194.429.609 ações ordinárias nominativas, valorizadas contabilmente em reais e distribuídas conforme a seguir:

Acionistas	Nº de Ações	% de Participação
Governo do Estado do Rio de Janeiro	194.427.192	99,9987569
Companhia Estadual de Habitação - CEHAB	1.209	0,0006218
Instituto Vital Brasil - IVB	1.208	0,0006213
Total	194.429.609	100,0

• NOTA 11 – AJUSTE DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Está registrado nesta conta, integrante do grupo de Lucros e Prejuízos Acumulados, o saldo positivo de **R\$ 188.255,15** (cento e oitenta e oito mil, duzentos e cinquenta e cinco reais e quinze centavos), oriundo de Conta de Resultado em Exercícios Anteriores, com base na Lei 6.404/1976, Artigo 186, Parágrafo nº 1. O referido montante foi considerado para fins de apuração do Lucro Real.

continua

Continuação



COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - CODIN



CNPJ Nº 30.124.754/0001-14

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

O Conselho de Administração da Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro – CODIN, em reunião ocorrida no dia 26 de março de 2018, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, e em atendimento ao disposto no inciso V do Art. 142 da Lei nº 6.404/76 conclui pela regularidade dos documentos analisados, à observância das "Recomendações" mencionadas no Parecer da Auditoria Interna, estando os documentos em condições de serem submetidos à apreciação de V. Sas.

A análise foi efetuada tomando como base o Parecer do Conselho Fiscal, o Parecer e o Relatório Final da Auditoria Interna, o Relatório de Diretoria, o Balanço Patrimonial e demais demonstrações contábeis pertinentes ao exercício social encerrado em 31/12/2017 e demonstra que as "Recomendações" não comprometem a manifestação favorável deste Conselho.

Rio de Janeiro, 26 de março de 2018.

Alberto Messias Mofati
Vice-Presidente do Conselho

Dulce Ângela Arouca Procópio de Carvalho
Conselheira

Fábio Aurélio da Silveira Nunes
Conselheiro

Júlio Sérgio Mirilli Souza
Conselheiro

Maria da Conceição G. Lopes Ribeiro
Conselheira

PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE O RELATÓRIO DA DIRETORIA E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31/12/2017

O Conselho Fiscal da Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro - CODIN, reunido em 22 de março de 2018, no uso das suas atribuições legais e estatutárias, examinou as Demonstrações Financeiras do exercício findo em 2017, através dos documentos a seguir relacionados: 1) Relatório Anual de Diretoria sobre o exercício de 2017; 2) Balanço Patrimonial e Demonstrações Financeiras do exercício de 2017; 3) Relatório e Parecer da Auditoria Interna sobre o Balanço Patrimonial e Demonstrações do exercício de 2017.

Após análise das informações apresentadas, este Conselho opina favoravelmente pela regularidade dos documentos analisados recomendando à Assembleia Geral Ordinária a aprovação do "Balanço Patrimonial e Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31/12/2017", à observância das Recomendações constantes do Relatório da Auditoria Interna sobre as Demonstrações Financeiras e das Recomendações mencionadas no item "4" do Parecer da Auditoria Interna.

Rio de Janeiro, 22 de março de 2018.

Jorge Luis Dantas Batista
Presidente

Silvia Martuscelli da Câmara
Conselheira

Wanderson Valério Ribeiro Farias
Conselheiro

Selma Cristina Cavalcanti Veras
Conselheira

PARECER DA AUDITORIA INTERNA

1) Examinamos o Balanço Patrimonial da Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro - CODIN, levantado em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas Demonstrações do Resultado, de Fluxo de Caixa e de Lucro e Prejuízos Acumulados, correspondentes ao exercício findo naquela data, elaborado sob a responsabilidade de sua administração. Anteriormente, examinamos e emitimos parecer sobre as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

2) Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de Auditoria e compreenderam os seguintes procedimentos: a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume das transações e o sistema contábil e de controles internos da Companhia; b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgadas; c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da CODIN, bem como da apresentação das Demonstrações Contábeis tomadas em conjunto.

3) As Demonstrações Contábeis referidas no parágrafo 1º representam, adequadamente em todos os aspectos relevantes, a posição Patrimonial e Financeira da CODIN, em 31 de dezembro de 2017, resultado de suas operações, das mutações de seu Patrimônio Líquido e de seu Fluxo de Caixa, referentes ao exercício findo naquela data, de acordo com os princípios fundamentais de Contabilidade, emanado da Legislação Societária, e suas alterações posteriores.

4) Em nossa opinião, a prestação de contas dos ordenadores de despesa da CODIN, relativa ao exercício de 2017, é REGULAR, sem prejuízo das Recomendações, contidas no Relatório desta Auditoria Interna, na forma de matriz de achados, que devem ser implementadas.

5) O presente processo está em condição de ser submetido, à apreciação da Auditoria Geral do Estado e do Tribunal de Contas do Estado.

Rio de Janeiro, 19 de março de 2018.

Paulo Roberto Werneck Maciel
Chefe da Auditoria Interna - ID Funcional: 2706265
CRC/RJ: 053.424/0-8

Id: 2100657

RUCHÊ S/A - EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS

CNPJ/MF nº 73.640.500/0001-61

Relatório da Diretoria: Srs. Acionistas: Na forma das disposições legais e estatutárias relatamos a deliberação da Assembleia Geral, do Balanço Patrimonial e das demais Demonstrações Financeiras relativas ao exercício encerrado em 31/12/17, revelando dentro das perspectivas do mercado, bom resultado econômico. Para quaisquer esclarecimentos extras que se façam necessários, estamos a inteira disposição. RJ, 20/01/18. A Diretoria.		Demonstração do Resultado do exercício encerrado em 31/12/17 e 2016 - Em R\$			
Balanço Patrimonial encerrado em 31/12/17 e 2016 - Em R\$		2017	2016		
ATIVO	2017	2017	2016		
Ativo Circulante	15.746.087,35	15.746.087,35	15.183.813,36		
Caixa e Equiv. (caixa, banco e aplic. financ. e f. fixo)	1.924.254,59	149.261,51	178.095,78		
Aluguéis a Receber	445.333,79	445.333,70	26.037,22		
Direitos a Receber	75.417,27	44.050,00	300.000,00		
Adiant.Forn. E Outros -Sei p/Incorp.	-	1.728,80	2.158.002,69		
Imóveis p/Comercializar	13.135.548,07	13.290.230,17	2.248,80		
Ativo Não Circulante	165.533,63	1.253.209,18	158.212,35		
Realizável a LP	-	607,18	876.910,82		
Depósitos e Cauções Judiciais-Sei	-	607,18	1.309.640,39		
Ativo permanente	165.533,63	1.252.602,00	726.910,82		
Imobilizados	165.533,63	1.252.602,00	150.000,00		
Máquinas e Equipamentos	17.364,33	127.661,41	-		
Móveis e Utensílios	2.952,00	72.281,50	51.812,13		
Equipamentos de Informática-Sei	-	209.703,70	6.600.000,00		
Livros Técnicos- Sei	-	192,90	763.368,28		
Benfeitorias -Sei	-	49.257,85	5.009.248,63		
Intangível-Sei	161.544,76	1.166.832,16	3.885.205,69		
(-)Depr.de Móv.e Utens. e Maq.Eqts.-Acumulada.	(16.327,46)	(373.327,52)			
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido do exercício findo em 31/12/17 e 2016 - Em R\$					
	Capital Social	Reserva Legal	Reserva de Lucros/P-Acum.	Proposta para Distribuição de Dividendos	Total Patrimônio Líquido
Saldo em 31/12/15	6.600.000,00	358.064,60	-	4.220.868,04	11.178.932,64
Lucro Líquido do Exercício	-	-	(3.149.205,20)	(4.220.868,04)	-
Destinações: Aprovação da Proposta de Dividendos	-	-	(2.938.161,80)	-	-
Reserva Legal	-	211.043,40	(211.043,40)	-	-
Aumento de Capital c/ Reservas	-	-	-	3.885.205,69	-
Saldo em 31/12/16	6.600.000,00	569.108,00	-	3.885.205,69	11.054.313,69
Lucro Líquido do Exercício	-	-	3.885.205,69	(3.885.205,69)	-
Destinações: Aprovação da Proposta de Dividendos	-	-	(3.690.945,41)	-	-
Reserva Legal	-	194.260,28	(194.260,28)	-	-
Divid.Propostos/A Disp. da Assembleia	-	-	-	5.009.248,63	-
Saldo em 31/12/17	6.600.000,00	763.368,28	-	5.009.248,63	12.372.616,91
Notas Explicativas das Demonstrações Contábeis em 31/12/17. 1. Contexto Operacional: A Ruche S/A-Empreendimentos Imobiliários, é uma S.A. de capital fechado que foi constituída em 29/10/93. O seu objetivo é a participação em empreendimentos em outras sociedades quando solicitada, atuando no assessoramento imobiliário e de locação de imóveis próprios. 2. As Demonstrações Financeiras e Contábeis: As demonstrações foram elaboradas e são apresentadas em conformidade com prática contábil e financeira exercida no país, foram preparadas com base integral nas disposições contidas na Lei das S.A., alteradas pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09, respeitando ainda os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo CPC. 3. Das Práticas Contábeis: As Receitas e Despesas são reconhecidas pelo regime de competência do exercício. As contas do Ativo não circulante e do Patrimônio Líquido estão demonstradas pelos valores dos seus respectivos históricos e de acordo conforme a determinação legal contida na Legislação em vigor. No ativo Circulante o saldo da conta de imóvel para comercialização teve seu saldo alterado devido a venda de um imóvel no exercício; o saldo da conta sob título de "Direitos a Receber/Cientes" é composto pelos valores ainda não recebidos de outras empresas e de PJ Ligadas, cuja composição consta em nosso balanço analítico; o saldo da conta aluguéis a receber é composto dos direitos sobre aluguéis ainda não recebidos no ano calendário; a conta de tributos a compensar não consta saldo pois os mesmos foram totalmente compensados no período; No ativo não Circulante, o saldo da conta Ativo Imobilizado e Intangível sofreu alteração no exercício em função da atualização através da depreciação do período; No Passivo Circulante o IRPJ e a CSLL foram apurados por trimestre conforme opção pelo regime de tributação de Lucro Presumido; A conta de crédito sob financiamento que se referia a valores recebidos por antecipação na negociação da venda de imóveis a realizar foi totalmente quitada devido a realização da venda do imóvel no período; o Saldo das Contas Fornecedores é composta de valores a pagar no próximo exercício; a conta com saldo de Crédito de Acionistas é formado de compromissos ainda não pagos; O saldo da conta Obrigações Fiscais e Tributárias está composta das obrigações a recolher no próximo exercício; O Lucro Líquido apurado no exercício de 2017 terá o destino recomendado em aprovação pela Assembleia Geral dos acionistas onde serão propostos os seguintes: 5% serão convertidos para a conta de Reserva Legal conforme determina a legislação, o saldo remanescente deverá ser distribuído entre os acionistas em suas					

Id: 2102030